

História das mulheres e representações: a figura de Joana d’Arc nos livros didáticos de história

History of women and representations: the figure of Joan of Arc in the history textbooks

Rebecca Maria Queiroga Ribeiro
Graduada em História
Universidade de Brasília
beccamqribeiro@gmail.com

Recebido em: 06/12/18

Aprovado em: 17/04/19

Resumo: O presente artigo discute as possibilidades de análise da figura de Joana D’Arc, nos livros didáticos de História do Ensino Médio. Visando uma educação básica que esteja preocupada com uma sociedade mais igualitária, é preciso considerar uma história na perspectiva das mulheres. Isso significa trabalhar em consonância com um projeto de educação que se preocupe em desconstruir narrativas que excluam as mulheres do processo histórico, e que as colocam às margens dos livros didáticos de História. A partir da perspectiva feminista, consideramos que a categoria gênero é essencial para a análise da figura de Joana D’Arc. Com base nisso, consideramos a forma como sua imagem é apresentada e quais os discursos mobilizados para representar a heroína francesa. Realizamos nossa pesquisa em quatro livros do Ensino Médio de História, e construímos a análise em torno das narrativas apresentadas, questionando a forma como o material escolar apresenta-se, contribuindo, ou não, para uma história na perspectiva das mulheres.

Palavras-Chave: gênero, mulheres, livros didáticos de história.

ABSTRACT: The article discusses the possibilities behind the analysis of Joan of Arc’s image, presented in High School History text books. Intending an education that is focused on a more egalitarian society, it is necessary to consider women’s history. That means working in consonance with a project of education that aims the deconstruction of narratives that excludes women from historical processes, and that cast them aside on history text books. From the feminist perspective, we consider that gender, as category, is fundamental for the analysis of Joan of Arc’s image. Based on that, we regard the way her image is presented and which discourses are mobilized in order to represent the french heroine. Our research is focused on four High School history textbooks, and our analysis is based on how the narratives unfold, questioning the way the text books present them, contributing, or not, to women’s history.

Keywords: gender, women, history textbooks.

Introdução

Na tentativa de analisar a figura de Joana d’Arc nos livros didáticos, deparamo-nos com algumas questões-chave que orientam nossa reflexão. De que forma ela é representada enquanto mulher, no contexto da Guerra dos Cem Anos? Os livros trazem consigo algum questionamento a respeito de seu gênero e a imagem canônica que representa na história francesa? Como Joana é retratada no binômio santa-guerreira, e – caso se apresente – por que tal binômio é recorrente?

Para responder as questões colocadas acima, partimos do pressuposto que a história de Joana d’Arc não está desvinculada da narrativa histórica geral, cuja principal característica se refere às “representações sociais e os valores do narrador que ordenam este discurso com foros de verdade” (NAVARRO-SWAIN, 2014, p. 616). Entendemos que é necessário desvelar esse discurso, para que possamos compreender narrativas outras, que fogem ao imaginário social criado pela oposição binária dos gêneros. Portanto, consideramos uma:

[...] história na perspectiva das mulheres’, que vincule seus problemas àqueles das outras histórias, que historicize e questione os mais diversos mecanismos de dominação e exclusão social e que revele a pluralidade das identidades e experiências vividas pelas mulheres em diferentes tempos e espaços (OLIVEIRA, 2014, p. 288).

Ao trabalharmos com a figura de Joana d’Arc, consideramos relevante mobilizar também a categoria gênero, afinal é sob essa perspectiva que orientamos a análise dos livros didáticos. Gênero, como nos diz Guacira Louro, é tanto uma ferramenta política, quanto uma ferramenta de análise (LOURO, 1997, p. 21). Isso nos apresenta com a necessidade desvelar os discursos que constroem representações binárias, hierárquicas e opressoras nas relações de gênero, que estão presentes nos livros didáticos. Ademais, consideramos, também, que o gênero é uma “a representação de uma relação, a relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria [...] o gênero representa não um indivíduo e sim uma relação” (LAURETIS, 1994, p. 208).

Para analisar a figura de Joana d’Arc nos livros didáticos, mobilizamos a conceito de representação, como apresentado por Stuart Hall. Consideramos que as representações produzem sentidos para as pessoas, eventos, acontecimentos e objetos (HALL, 2016, p. 17). Elas estão presentes “no modo como nos referimos às coisas, nas histórias que narramos a seu respeito, nas imagens que dela criamos, nas emoções que associamos a elas, a nas maneiras como as classificamos e conceituamos, nos valores que nelas embutimos” (HALL, 2016, p. 21) e são

capazes de regular nossas práticas e condutas, construir identidades e demarcar diferenças sociais (HALL, 2016, p. 22). Nesse sentido, as representações merecem nossa atenção, especialmente em uma proposta de ensino de história para a igualdade de gênero e combate à violência contra as mulheres.

Hall utiliza-se, ainda, de Foucault para compreender de que forma os discursos estão presentes nessas representações que mobilizamos diariamente. Ele nos diz que o discurso é “um grupo de declarações que proporcionam uma língua para se falar – uma forma de representar o conhecimento acerca de determinado tópico em determinado momento histórico” (FOUCAULT apud SANTI, 2008, p. 9). Entendemos, portanto, que ao analisar os livros didáticos, também estamos analisando os discursos mobilizados naquelas narrativas e estes discursos não estão deslocados de disputas políticas e concepções de gênero (SILVA, 2014, p. 263).

Os sujeitos passam, essencialmente, por dois momentos de aprendizagem. O primeiro momento, a socialização primária, dá-se no contexto familiar, a educação informal; e o segundo momento, a socialização secundária, corresponde à educação formal, desenvolvida na escola (BERGER; LUCKMANN apud GOMES, 1993, p. 86). Ou seja, em um primeiro momento, a criança é sociabilizada a partir dos parâmetros da sociedade em que sua família está inserida (levando em consideração o momento histórico, a classe social, entre outros fatores). O grupo doméstico educa o sujeito em “hábitos, usos, costumes, valores, papéis sociais e de gênero, atitudes e, sobretudo, uma modalidade de língua materna, além de desenvolver as bases da personalidade e da identidade” (BERGER; LUCKMANN apud GOMES, 1993, p. 87). A escola, a partir de um segundo momento, contribui para o desenvolvimento no sujeito com relação “à aquisição do saber culturalmente organizado e às áreas distintas de conhecimento” (OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2010, p. 101).

A escola também possui a “função de favorecer a aprendizagem dos conhecimentos construídos socialmente em determinado momento histórico, de ampliar as possibilidades de convivência social e, ainda, de legitimar uma ordem social” (OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2010, p. 101). Conseqüentemente, a instituição escolar contribui, também, para o estabelecimento das diferenças. No cotidiano escolar é que se constroem os sujeitos, a partir das relações desiguais de gênero, idade, classe social (LOURO, 1997, p. 57). A escola, nos modelos restritivos nos quais foi concebida, reforça as diferenças da sociedade e as reproduz, impondo aos corpos

“concepções foram e são aprendidas e interiorizadas; [que] tornam-se quase ‘naturais’ (ainda que sejam ‘fatos culturais’)” (LOURO: 1997, p. 58). Como parte dessas relações naturalizadas, estão as concepções de gênero. Entendemos que, a partir de um ensino de história feminista, é possível desconstruir as relações de gênero, e contribuir para a tarefa de “desconfiar do que é tomado como natural” (LOURO: 1997, p. 61).

Não podemos fazer com que a escola permaneça um lugar de retificações de representações engessantes, construindo posições de normalidade e diferenças (LOURO, 2008, p. 21), sem que proponhamos mudanças. É preciso que o convite de Butler a uma “genealogia política das ontologias de gênero” (2003, p. 59) esteja presente na sala de aula e seja possível desvelar as estruturas reguladoras dos comportamentos naturalizados. Retirar o gênero das discussões em sala interfere na construção de um saber histórico voltado para a pluralidade das representações femininas, que amplie o conhecimento histórico dos alunos. Retirar o potencial pedagógico e político da discussão sobre gênero na escola dificulta que haja um rompimento com “o caráter sagrado e inquestionável de concepções históricas que perpetuam as desigualdades sociais” (OLIVEIRA, 2014, p. 289).

Entendemos que refletir sobre a questão das mulheres na história é um aspecto fundamental para a desconstrução de imagens naturalizantes e reflexões historiográficas que as excluem como sujeitos. Proibir o questionamento das construções de gênero na sala de aula é uma ameaça para a educação como um todo. Mas, principalmente, para o objetivo principal de um ensino de história pautado na história da perspectiva das mulheres (OLIVEIRA, 2014: p. 288), qual seja: historicizar e questionar “os mais diversos mecanismos de dominação e exclusão social” (Idem) e revelar “a pluralidade das identidades e experiências vividas por mulheres em diferentes tempos e espaços” (Idem).

Lembramos que um dos princípios da educação democrática é preparar os alunos para o exercício da cidadania (LDB, lei nº 9.394, art. 2º). Assim sendo, acreditamos que não é possível alcançar esse objetivo em sua plenitude, se não pudermos discutir as relações entre religião, política, sexualidade na construção de análises a partir do gênero, fica inviável questionar as naturalizações das construções sociais binárias e excludentes em sala de aula.

A categoria gênero é o centro de muitos debates feministas ao longo das últimas décadas (RAGO, 1998; LAURETIS, 1994). Ao consideramos a definição de Teresa de Lauretis, na qual o

gênero é entendido como “o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais, por meio de uma “complexa tecnologia política” (LAURETIS, 1994, p. 208), implica em dizer que o gênero é “produto e processo de um certo número de tecnologias sociais ou aparatos biomédicos” (Idem). Ademais, o gênero enquanto representação é “produto de diferentes tecnologias sociais [...] e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas” (Idem). Inserido nesses discursos institucionalizados está o ensino de história na educação básica e, juntamente a isso, o discurso promovido pelos livros didáticos de história.

Desvelar o sistema sexo-gênero, como é proposto pelo ensino de história das mulheres, é contribuir para uma educação básica que se preocupa em questionar de que forma esse sistema de representação atribui significado aos indivíduos dentro da sociedade, uma vez que:

[...] as representações de gênero são posições sociais que trazem consigo significados diferenciais, então o fato de alguém ser representado ou se representar como masculino ou feminino subentende a totalidade daqueles atributos sociais (LAURETIS, 1994, p. 212).

Questionar os valores hierárquicos atribuídos a homens e mulheres em diferentes contextos históricos postos nos livros didáticos, por exemplo, é questionar as posições e o significado das representações de gênero em nosso presente.

O livro didático

Na sala de aula, um dos instrumentos mais utilizados pelas (os) professoras é o livro didático. Por vezes, ele é o único material didático presente durante as aulas (SILVA, 2012, p. 817). Isso é devido tanto às deficiências na formação dos professores, quanto ao tipo de livro didático que é produzido pelas editoras. “O livro didático [...] é uma mercadoria destinada a um mercado específico: a escola” (MUNAKATA, 2012, p. 185). Dentro dessa perspectiva, a produção dos manuais pelas editoras passa por uma compreensão do que o Estado considera um “bom livro didático”. O PNLD é o principal exemplo da demanda pública com relação aos livros didáticos. Ao mesmo tempo em “que tornou o livro didático um objeto acessível para praticamente todos os estudantes de escolas públicas brasileiras” (SILVA, 2012, p. 817), o PNLD também interfere na forma como as editoras produzem seus manuais, pois “o fato de uma obra não estar presente no Guia publicado pelo MEC traz efeitos financeiros indesejáveis que, em alguns casos, culminaram no desaparecimento de editoras e/ou em fusões de grupos editoriais”. (MIRANDA, 2004, p. 128). Tendo em vista o interesse mercadológico e a utilização quase

exclusiva do livro didático em sala de aula, é preciso compreender que “sua produção vincula-se a múltiplas possibilidades de didatização do saber histórico, como também sua utilização pode ensinar práticas de leitura muito diversas” (MIRANDA, 2004, p. 124).

Precisamos considerar o livro didático a partir da sua posição como produto de uma sociedade, em um momento histórico definido e a partir de definições do que é considerado ou não ‘História’. Durante muito tempo, a história contada nos livros didáticos era a “história androcêntrica”, ou seja: “tudo se passa em torno do sexo, sexualidade e do poder que lhes dá a importância conferida ao masculino: dominação, submissão, força, conquista, assujeitamento de outrem, principalmente das mulheres e são nesta perspectiva, direitos imprescritíveis” (NAVARRO-SWAIN, 2014, p. 614). Propor uma história das mulheres que inclua a categoria de gênero é “conferir-lhes visibilidade e dizibilidade historiográficas não poderia ser feito a partir das premissas de um saber disciplinar androcêntrico que até então as excluía” (MUNIZ, 2015, p. 322). Nessa concepção de uma historiografia que inclua as vozes silenciadas, o livro didático, hoje o principal material pedagógico para a construção do conhecimento no espaço da sala de aula, deve se preocupar, também, com a inclusão da história das mulheres.

Ao considerarmos a importância do ensino de história das mulheres para uma sociedade mais igualitária, reforçamos que os livros didáticos constroem sentido a partir, também, das relações entre o texto produzido e os leitores: ele “é um importante elemento mediador em interações discursivas entre os diferentes sujeitos que tomam parte na construção do conhecimento” (MARTINS, 2006, p. 128). Os livros didáticos são *“uno entre los elementos que configuran el universo simbólico que el alumnado vive en la escuela, pero un elemento fundamental en cuanto suponen un referente de conocimiento legitimado socialmente”* (VALENCIA, 2005, p. 11). Dentro dessa perspectiva, precisamos analisar criticamente de que forma o discurso histórico é apresentado nos livros didáticos e qual sua relação com uma proposta de ensino de história das mulheres. Entendemos que os livros didáticos são “um artefato cultural, isto é, suas condições sociais de produção, circulação e recepção estão definidas com referência a práticas sociais estabelecidas na sociedade” (MARTINS, 2006, p. 124). Os textos e imagens utilizadas pelos autores, suas fontes e a forma como os livros são organizados também são elementos de análise que nos dizem a respeito do discurso que está presente nos livros didáticos.

A relação gênero e livro didático torna-se mais evidente ao considerarmos de que forma esses discursos presentes nos livros podem naturalizar ou questionar o sistema sexo-gênero, e de que forma eles podem contribuir para ou desconstruir a dominação masculina na sociedade. A história das mulheres propõe uma perspectiva na qual “a multiplicidade é a premissa básica” (NAVARRO-SWAIN, 2014, p. 613). Os livros didáticos, quanto desconsideram a presença feminina, as diferentes narrativas e os contextos diversos das sociedades humanas:

naturalizam os chamados sistemas de dominação [...] que concebe os gêneros como polos opostos que se relacionam dentro de uma lógica de dominação-submissão, certamente em nada, ou em muito pouco contribui para um ensino de História que possa formar sujeitos plurais, capazes de pensar e refletir sobre o mundo (SILVA, 2007, p. 236).

Tendo em vista os aspectos apresentados até então neste estudo, procuramos analisar quatro coleções do Ensino Médio na área de História, são elas: 1. *História, Sociedade & Cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior; 2. *#Contato História*, de Adriana Machado Dias, Keila Grinberg, Marco Pellegrini; 3. *Olhares da História – Brasil e Mundo*, de Bruno Vicentino e Cláudio Vicentino; e 4. *História Global*, de Gilberto Cotrim. Dentro das quais trabalhamos apenas com os livros nos quais o conteúdo relacionado à Joana d’Arc está presente, geralmente apresentado no primeiro ou segundo volume de cada coleção. Todas as coleções fazem parte do PNLD de 2018¹, e foram aprovadas durante um processo de avaliação durante o ano de 2016. Os livros foram analisados com o propósito de identificar as narrativas atribuídas à Joana d’Arc e, também, suas ausências. Consideramos tanto aspectos textuais como as imagens utilizadas para esta figura histórica. Entendemos que, ao analisar a forma como Joana é apresentada nos livros didáticos, é possível compreender de que forma os autores posicionam-se no que diz respeito à história das mulheres.

A figura de Joana d’Arc foi selecionada, após um questionamento surgido a respeito de suas representações nos livros da educação básica e de que forma essas imagens dialogavam com a historiografia a respeito desse contexto. Ademais, procuramos analisar o que a figura de Joana representa na tentativa de uma história da perspectiva das mulheres. Ou seja, de que forma a heroína francesa é interpretada, reapropriada e utilizada nas narrativas de livros didáticos. Trata-se de uma preocupação em considerar as ‘histórias do possível’, ou será que estamos apenas abrindo um apêndice para a personagem, sem que haja sua inserção no contexto histórico e na narrativa principal do livro? Antônia Valencia ressalta que uma grande parte da historiografia (assim como

¹ <http://www.fnde.gov.br/pnld-2018/>

aquela feita pelos livros didáticos) “no parece haber asumido la necesidad de ampliar el sujeto histórico tradicionalmente considerado, es decir, sigue ignorando el protagonismo social de las mujeres a la hora de analizar e interpretar fuentes documentales, problemas o situaciones históricas” (VALENCIA, 2005, p. 6).

É necessário considerar de que forma a figura de Joana d’Arc é apropriada nos livros, dando destaque às descrições da personagem da história francesa dentro do contexto da Guerra dos Cem Anos (1337-1453) são apresentados, uma vez que “há uma tradição de silenciamento dos conflitos e resistências de mulheres, negros, indígenas, e outros, ressaltando-se, ora um viés político androcêntrico, ora uma leitura economicista da História” (SILVA, 2014, p. 262). Pretendemos analisar de que forma a figura da personagem francesa é representada naqueles livros que, de fato, propõem-se a contar sua história. É muito comum nas narrativas apresentadas que se estabeleça a imagem de Joana pelo binômio “guerreira-santa” (MATOS, 2011, p. 129), ponderamos de que forma essa representação corresponde às concepções de gênero do contexto histórico de Joana e, além disso, de que forma este binômio não acaba por contribuir com uma percepção polarizadora das mulheres, em que eles precisam ser ora supernaturalmente fortes, ora intrinsecamente puras.

As diferentes concepções acerca de Joana d’Arc não são novidade na historiografia. Durante o século XVIII, a figura de Joana é adaptada para o contexto francês da Revolução de 1789 e a donzela de Orleans surge como representante do Antigo Regime, tendo sua imagem destruída em diversas cidades (AMARAL, 2012, p. 113). A partir do século XIX, entretanto, há um esforço para associar a imagem de Joana d’Arc com a memória nacional francesa, associando-a com a luta pela liberdade (AMARAL, 2012, p. 117). Esse processo transforma a figura de Joana d’Arc em um prelúdio da Revolução Francesa (AMARAL, 2012, p. 118) e coloca a personagem sob uma nova luz, que questiona o discurso de ruptura da revolução, para identificar o povo francês como um povo ‘antigo’, criando bases para a identidade nacional francesa em um passado distante e idílico (AMARAL, 2012, p. 123).

Joana d’Arc nasceu em 1412, em Domrémy, na antiga província francesa de Barrois. Vivia em uma pequena aldeia, em condições simples, junto de sua família. Trabalhava cuidando dos animais de seu pai e fazia trabalhos domésticos (PÉGUY apud PERNOUD, 1996, p. 13).

Comparecia à Igreja e lugares sagrados com frequência, como foi coletado em alguns depoimentos de pessoas da sua aldeia e conhecidos de Joana (PERNOUD, 1996, p. 14).

A donzela de Orleans conta que, aos 13 anos, ouviu a voz de Deus, chamando-a a ‘governar’ e a intervir em favor do rei da França (PERNOUD, 1996, p. 21-22). Nos anos seguintes, Joana segue seu chamado e procura aproximar-se do delfim. Em 1429, ela chega a Chinon, cidade onde está Carlos, e encontra-se com ele. Joana apresenta-se como enviada de Deus e diz ao delfim que ela seria responsável por sua coroação na cidade de Reims (PERNOUD, 1996, p. 43). Em seguida, Joana é enviada para a cidade de Poitiers. É dito que a moça passou por um longo processo para verificar suas intenções, quem poderia a ter enviado e se estava atuando como uma enviada dos borgonheses contra Carlos (PERNOUD, 1996, p. 47). Após um exame profundo – incluindo a comprovação de sua virgindade – Joana é colocada à frente de uma tropa, sendo nomeada comandante pelo delfim.

Após anos de perdas para os ingleses, em 1429, os franceses finalmente conquistam a retomada de parte de seu território, durante a conquista de Orleans (ibid., p. 71). Após um período de vitórias e avanços franceses – inclusive com a tentativa de trégua entre Carlos e o duque da Borgonha – Joana é feita prisioneira em Compiègne, e entregue pelos borgonheses aos ingleses, em 1430 (PERNOUD, 1996, p. 112-113).

A Donzela foi processada por um tribunal eclesiástico na cidade de Rouen, para a qual foram levadas diversas testemunhas e recolhidos depoimentos sobre Joana, desde sua infância na aldeia de Domrémy. As análises posteriores do julgamento de Joana apontam para a falta de uma “acusação formal”, questionando o processo inquisitorial e a idoneidade de seus acusadores (PERNOUD, 1996, p. 125-126). Pierre Cauchon, juiz do caso de Joana, foi retratado como insistente em fazer com que a moça confessasse seus crimes – atribuídos por ele mesmo e outros eclesiásticos. Os inquisidores lançavam perguntas repetitivas, mudavam de assuntos – sobre infância, lugar nas batalhas, as vozes divinas – e apontavam Joana, por vezes delirante, por vezes, herege (PERNOUD, 1996, p. 132).

Cauchon determinou a culpa de Joana, porém, ao contrário do que era esperado, ela foi imediatamente enviada à fogueira – após ser julgada pelo Tribunal da Inquisição, Joana deveria ser encaminhada a um tribunal secular, uma vez que o tribunal eclesiástico apenas declarava a sentença, enquanto o resto deveria ser deixado com o braço secular da justiça. (PERNOUD,

1996, p. 153). Em 30 de maio de 1431, dois frades adentram a cela de Joana e preparam-na para a fogueira. A Donzela foi levada à praça pública e, então, amarrada à pilha de madeiras em meio ao Mercado Velho. Em seguida, atearam fogo a seu corpo: o público, os bispos e frades, e os carrascos assistiram Joana em chamas, enquanto suplicava por Deus e todos os santos (PERNOUD, 1996, p. 155).

Coleção 1: Sociedade & Cidadania – Volume 1

A primeira coleção analisada é *História: Sociedade & Cidadania*, do autor Alfredo Boulos Júnior. O primeiro volume da obra é dividido em unidades, uma das quais se intitula “Diversidade religiosa: o respeito à diferença”. Esta unidade traz o capítulo 10: francos e o feudalismo. Na seção denominada “A Guerra dos Cem Anos” (BOULOS, 2016, p. 200-201) encontramos uma descrição do conflito, dos fatores gerais e suas consequências. No corpo do texto, o autor apresenta a figura de Joana d’Arc sob o epíteto de “lendária”, descrevendo-a como uma camponesa que convenceu o rei da sua missão de libertar a França (fig. 1 e 2). O texto preocupa-se em descrever que Joana esteve à frente do exército francês e que venceu diversas batalhas.

Imagem 1: Texto “A Guerra dos Cem Anos”

A Guerra dos Cem Anos

Outro fator de aceleração da crise do século XIV na Europa foi a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), um conflito armado entre a França e a Inglaterra que se estendeu por 116 anos e foi interrompido várias vezes (inclusive pela Grande Peste).

Entre as principais razões dessa guerra estão a disputa pela rica região de Flandres (parte da atual Bélgica) e a pretensão do rei da Inglaterra Eduardo III de ser também o rei da França. A Guerra dos Cem Anos foi um exemplo típico de guerra medieval: um conflito no interior da nobreza por títulos e senhorios. Isso explica a ambição do rei Eduardo III em possuir também a Coroa da França e os bens e privilégios daí decorrentes.

Inicialmente, os ingleses alcançaram importantes vitórias e conquistaram parte do território francês, inclusive sua capital; uma das mais importantes vitórias inglesas foi a batalha de Azincourt (1415).

Poucos Anos depois, o rei Carlos VII da França reagiu e, com um poderoso exército, conseguiu retomar Paris; a partir da capital francesa, organizou o governo e a cobrança de impostos, aumentando assim o seu poder. Nesse contexto, emerge a lendária figura de Joana d’Arc, uma camponesa que, depois de passar por vários testes diante dos teólogos do Palácio, conseguiu convencer o rei de que ouvira vozes vindas dos céus que lhe incumbiam de libertar a França dos ingleses e coroar o rei.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História, Sociedade & Cidadania*. 2ª ed., São Paulo: FTD, 2016.

Imagem 2: Texto “A Guerra dos Cem Anos”

Sob o comando de Joana d’Arc, o exército francês obteve vitórias extraordinárias, como na batalha de Orleans, em 1429. No ano seguinte, porém, Joana caiu em uma armadilha e foi vendida aos ingleses, que a entregaram a um tribunal da Inquisição; acusada de herege e de só andar com roupas de homem, foi queimada viva aos 19 anos de idade. Muitos séculos depois, em 1920, ela foi canonizada pela Igreja e se tornou padroeira da França.

Com o final da guerra, vencida pelos franceses, em 1453, a cavalaria perdeu o peso que tinha diante do surgimento dos arqueiros e do advento das armas de fogo, especialmente o canhão. Com isso, o poder militar da nobreza, que se assentava nos laços de suserania e vassalagem, no manejo da espada e da lança, também ficou reduzido. **1, 2 e 3**

Rebeliões camponesas

O aumento do número de mortes causadas, sobretudo, pela Grande Peste ou pela Guerra dos Cem Anos provocou o despovoamento dos campos, a falta de mão de obra e a desorganização da produção agrícola. Essa situa-



Sec. XV. Iluminura. Coleção particular. Foto: ulstein bild via Getty Images
Joana d’Arc, século XV.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. História, Sociedade & Cidadania. 2ª ed., São Paulo: FTD, 2016.

Ao final do breve parágrafo, o autor nos conta que Joana foi vendida aos ingleses, que a entregaram ao tribunal da Inquisição. Joana foi acusada de heresia, e de vestir roupas masculinas, e “foi queimada viva aos 19 anos de idade” (BOULOS, 2016, p. 201). O texto conclui por dizer que Joana foi canonizada e tornou-se padroeira da França. Ao lado do texto, encontramos uma ilustração de Joana d’Arc (fig. 2), segurando uma espada, vestida com uma armadura pesada.

Imagem 3: Quadro “A Guerra dos Cem Anos”

A Guerra dos Cem Anos

A Guerra dos Cem Anos foi o nome dado a uma série de batalhas travadas entre franceses e ingleses entre os séculos XIV e XV. As razões do conflito estão relacionadas à sucessão do trono francês e à posse de territórios.

Considerada o último grande conflito medieval e o primeiro da Idade Moderna, a Guerra dos Cem Anos contribuiu com a formação do sentimento de nacionalidade entre os franceses, que tiveram que se unir para expulsar os ingleses de seu território.

Uma das figuras de maior destaque durante os conflitos foi a francesa Joana D’Arc, uma camponesa que se transformou em uma grande guerreira e influenciou a vitória da França sobre a Inglaterra. D’Arc é considerada uma heróina na França até os dias atuais.

Annoire DuFour, c.1505. Miniatura. Museu Thomas-Dobrée, Nantes (França). Foto: C. Dag / Olycom/De Agostini/Corbis Images

Joana D’Arc representada em manuscrito de 1505.

DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco. #Contato História. 1ª ed., São Paulo: Quinteto, 2016.

O livro preocupa-se em inserir a figura da Donzela de Orleans no contexto da Europa Medieval, mais especificamente na disputa entre França e Inglaterra. O autor coloca a personagem diante do exército francês e preocupa-se em discorrer sobre seu destino terrível. A ilustração associada ao texto mostra uma Joana, do século XV, coloca a moça em armadura completa e empunhando sua espada, segurando um estandarte que aparenta representar o reino francês.

O livro apresenta uma imagem exclusivamente bélica de Joana, ela é a guerreira que venceu batalhas importantes da Guerra dos Cem Anos. É levantada a ligação com a religião católica ao dizer que Joana ouvia vozes vindas do céu e, mais adiante, a Igreja reaparece como responsável por sua condenação e assassinato. Ao colocar Joana como uma guerreira, sem questionar a ruptura que isso representava para os papéis de gênero na época o livro opta em não colocar sob perspectiva a figura de Joana no exército francês, o que reduz o papel de protagonista da mulher líder e guerreira. Além do mais, apesar de afirmar brevemente que ela foi julgada por vestir roupas de homem, não discorre sobre essas “roupas de homem” serem armaduras e malhas de guerra, vestimenta necessária para quem lutava nos fronts. Precisamos questionar o que significa associar a imagem masculina exclusivamente à imagem da guerra e belicosidade, e porque Joana escapou a esses padrões. O texto aborda que a Donzela de Orleans foi queimada viva pelo tribunal da Inquisição. Porém, não aborda o que isso representava dentro da Igreja católica, ou porque Joana havia sido acusada de heresia. Ao colocar Joana como uma ‘herege que foi queimada viva’, o texto perde a possibilidade de articular uma leitura da Igreja católica do século XV e a imagem das mulheres que era perpetuada na época e que, em última instância, contribui para a perseguição sofrida pelas mulheres nos séculos XVI e XVII na Europa, conhecido como “caça às bruxas” (DELUMEAU, 2011, p. 489). Mais que isso, é preciso que o livro explore de que forma a figura de Joana passa de santa legitimada pela Igreja Católica no exército francês, enviada de Deus ao Delfim, para a herege e bruxa que foi julgada pelo tribunal eclesiástico. Afinal, era a mesma Igreja Católica que havia concedido a veracidade de seus dons premonitórios e que, em um segundo momento, acusou-a de subverter a palavra divina. É necessário que haja um debate – ao introduzir as categorias de santa, uma mulher que “ouve vozes” dos santos – a respeito do que isso representa para o poder da Igreja e de que forma isso foi utilizado ora para ratificar o poder divino do Delfim, ora para questionar a posição de destaque de Joana.

Coleção 2: #Contato História – Volume 2

No livro de Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco Pellegrini, a figura de Joana d’Arc aparece apenas em um pequeno *box* (fig. 3), dentro da Unidade 2: “Reformas religiosas e Estados absolutistas”, no subtítulo “Os regimes absolutistas”. Neste *box*, o livro apresenta brevemente o que foi a Guerra dos Cem Anos, em dois pequenos parágrafos. O terceiro e último parágrafo são dedicados à figura de Joana d’Arc, que é descrita como “uma camponesa que se transformou em uma grande guerreira e influenciou a vitória da França sobre a Inglaterra” (DIAS; GRINBERG; PELLEGRINI, 2016, p. 45).

Imagem 4: Texto “A França”

■ A França

Desde que a França foi vitoriosa sobre a Inglaterra na Guerra dos Cem Anos (1337-1453), o poder dos reis da França foi fortalecido, proporcionando-lhes o controle de um exército forte e regular e possibilitando-lhes a coleta de impostos em todo o reino. No entanto, a nobreza ainda mantinha forte controle político e judicial nas províncias. Isso porque a guerra tornou possível à monarquia francesa a formação de um exército e a arrecadação de impostos permanentes, mas não contribuiu para a criação de um aparelho administrativo que impusesse sua autoridade em toda a extensão do reino.

Além disso, as guerras civis e religiosas que ocorreram durante a segunda metade do século XVI e início do século XVII deixaram o reino francês em crise. Para contornar essa situação, a atuação do cardeal Armand Richelieu como primeiro-ministro foi essencial. Detentor de muitos poderes, Richelieu praticou uma política em que priorizava o fortalecimento da monarquia e do Estado francês combatendo os poderes locais que ainda tinham forte influência nas províncias da França.

A política de Richelieu deu bons resultados para a monarquia: sufocou a resistência huguenote remanescente e conteve as conspirações dos aristocratas rebeldes. Para controlar de perto as províncias, ele enviou os *intendants*, que eram funcionários encarregados da arrecadação de impostos e dotados de amplos poderes judiciais e policiais. Desse modo, Richelieu foi, aos poucos, enfraquecendo o sistema de poder local da nobreza e consolidando a monarquia absoluta, que atingiria seu ponto máximo com Luís XIV, conhecido como Rei-Sol.

Luís XIV, rei absolutista francês. Pintura do século XVII feita por Nicolas-René Jollain.



DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco. #Contato História. 1ª ed., São Paulo: Quinteto, 2016.

Segundo o site do PNL D de 2018, esta coleção caracteriza-se por possuir referências da Nova História Cultural e Nova História, especificamente descrevendo a proposta com o interesse de destacar “a figura da mulher, valorizando-a como sujeito na construção da História” (site). É interessante trazer essa informação, uma vez que, a partir do que descrevemos acima, podemos questionar a forma como optaram por apresentar a figura de Joana. Primeiramente, em direto contraste, é interessante observar que, acima do *box* “A Guerra dos Cem Anos”, está uma grande imagem de Luís XIV (fig. 4), acompanhada de um texto que nos conta sobre a importância do

cardeal Richelieu na política francesa. Coloca-se o cardeal como figura central para a consolidação da monarquia absoluta do Rei-Sol.

Imagem 5: Texto “A Guerra dos Cem Anos”

A Guerra dos Cem Anos

O processo de formação de um sólido Estado francês centralizado foi temporariamente suspenso em virtude do confronto com a Coroa inglesa na Guerra dos Cem Anos. Foram os historiadores do século XIX que lhe deram esse nome em razão da longa duração do conflito (1337-1453), intercalado por vários períodos de paz.

O conflito com a Inglaterra teve início quando Eduardo III, neto de Filipe IV, o Belo, e rei inglês, reivindicou o trono da França. Por trás dessa reivindicação estava o interesse dos ingleses na próspera região têxtil de Flandres.

Para enfrentar os ingleses novamente, o rei francês precisava ampliar seu exército. Mas não podia fazer isso sem recorrer à nobreza. Dessa forma, fez certas

concessões aos nobres. As primeiras derrotas na guerra, a fome generalizada e a peste negra acentuaram a crise que piorou as condições de vida no campo.

Foi sob este cenário que os nobres pressionaram os camponeses para o aumento da produção agrícola, mesmo em condições adversas. Isso provocou revoltas populares lideradas pelos camponeses contrários às decisões da nobreza no norte da França e nas proximidades de Paris. Essas revoltas ficaram conhecidas como *jacqueries* (abreviação da expressão francesa *jacques bonhomme*, que equivale em português a “João-ninguém”). A mais importante delas ocorreu em 1358 e ficou marcada pelas invasões de castelos e pelos assassinatos de senhores. Foram duramente reprimidas pelas forças da ordem, encabeçadas pelo Estado e seus nobres.



VICENTINO, Bruno; VICENTINO, Cláudio. Olhares da História: Brasil e Mundo. 1ª ed. São Paulo: Editora Scipione, 2016.

Logo abaixo, separado do corpo do texto, está a pequena imagem de Joana d’Arc, de um manuscrito de 1505. Apesar de relacionar a figura da heroína francesa com a guerra que “contribuiu com a formação do sentimento de nacionalidade entre os franceses” (DIAS; GRINBERG; PELLEGRINI, 2016, p. 45), o livro continua por separar a importância do conflito na história da monarquia francesa – visto que o corpo do texto explicita a relação da Guerra dos Cem Anos com o Absolutismo, mas coloca o cardeal Richelieu como personagem principal dessa consolidação. A figura de Joana aparece em segundo plano, como uma guerreira que “influenciou a vitória da França” (DIAS; GRINBERG; PELLEGRINI, 2016, p. 45). Não há uma explicação prolongada de seus feitos militares, ou o que representou naquele contexto ter uma mulher à frente do exército francês. O livro não discute de que forma seu poder foi legitimado, como ela chegou até a posição de guerreira e o que isso significou para o fechamento de sua trágica história. O *box* apenas preocupa-se em descrever que ela “se transformou” de camponesa em guerreira. Sem apresentar as inúmeras implicações que essa “transformação” representa.

No corpo do texto, o livro apresenta uma descrição de que forma o reino francês foi centralizado, de que maneira Richelieu enfraqueceu os poderes locais. Entretanto, ao voltarmos para Joana d’Arc, não há uma preocupação de valorizar o que sua figura representou nas conquistas militares francesas. Não há uma descrição de como a heroína francesa conquistou as cidades ocupadas por ingleses e de que forma isso influenciou na reconquista do território francês. Apesar de referir-se a Joana como alguém “considerada uma heroína na França até os dias atuais” (DIAS; GRINBERG; PELLEGRINI, 2016, p. 45), o livro não se preocupa em discorrer a respeito do que significa uma figura feminina dentro dessa representação francesa do ideal de liberdade, de nacionalismo e, posteriormente, de República.

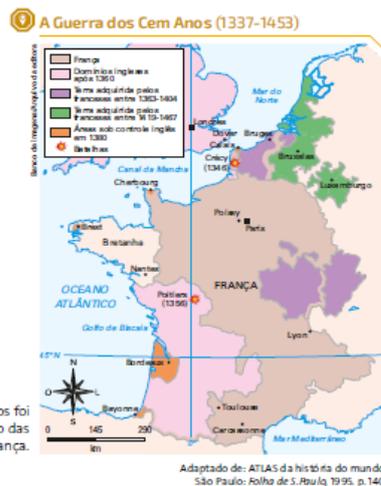
Coleção 3: Olhares da História – Brasil e Mundo – Volume 1

O primeiro volume da coleção de Bruno Vicentino e Cláudio Vicentino apresenta o conteúdo relativo à Joana d’Arc no décimo capítulo, intitulado “O mundo às vésperas do século XVI”. Segundo a análise da obra, feita pelo PNLD de 2018, o livro tem “perspectiva plural e intercultural” e o professor tem a possibilidade de “aproveitar a discussão sobre a construção do conhecimento histórico e o reconhecimento da existência de pontos de vista diferentes sobre os principais processos históricos” (site).

Imagem 6: Texto “A Guerra dos Cem Anos”

A partir do início do século XV, os franceses obtiveram vitórias decisivas, quando prevaleceu uma forte ofensiva, liderada principalmente por Joana d’Arc. Filha de camponeses humildes, Joana d’Arc dizia-se enviada por Deus para guiar os franceses na expulsão do exército inglês. Ela participou decisivamente de diversos combates que resultaram em vitória para os franceses. Também levou Carlos VII a ser coroado em Reims, segundo as antigas tradições dos francos. Após ter sido aprisionada e capturada pelos ingleses, em 1430, Joana d’Arc foi acusada de heresia e condenada à morte na fogueira por um tribunal edesiástico.

A guerra continuou até 1453, quando os franceses expulsaram os ingleses definitivamente de seu território.



A Guerra dos Cem Anos foi decisiva para a definição das fronteiras da França.

VICENTINO, Bruno; VICENTINO, Cláudio. Olhares da História: Brasil e Mundo. 1ª ed. São Paulo: Editora Scipione, 2016.

O capítulo analisado possui uma página dedicada ao conflito entre franceses e ingleses, com o subtítulo de “A Guerra dos Cem Anos” (fig. 6). O livro discorre sobre a disputa do trono, sobre a invasão de castelos, pela revolta camponesa e ilustra o acontecimento com imagens de guerreiros em combate. No último parágrafo, o texto menciona a figura de Joana d’Arc, descrevendo que ela “dizia-se enviada por Deus para guiar os franceses na expulsão do exército inglês” (VICENTINO; VICENTINO, 2016, p. 251). Mais à frente, no capítulo, uma seção denominada “Para saber mais” traz algumas informações adicionais sobre a figura de Joana (fig. 7). Ela diz respeito ao culto nacional da heroína francesa e a ideia de uma “vítima simbólica da Igreja” (VICENTINO; VICENTINO, 2016, p. 252). O texto refere-se a mudança da figura de Joana, da imagem de heroína para sua representação enquanto santa católica, padroeira da França.

Imagem 7: Quadro “Para saber mais”



VICENTINO, Bruno; VICENTINO, Cláudio. Olhares da História: Brasil e Mundo. 1ª ed. São Paulo: Editora Scipione, 2016.

É interessante notar que Joana é apresentada como alguém que “participou decisivamente de diversos combates” (VICENTINO; VICENTINO, 2016, p. 251), sem dizer que ela liderou o exército francês. Por que essa escolha de representação de Joana, em oposição a uma líder militar? O livro diz que Joana foi capturada pelos ingleses, acusada de heresia e condenada à morte por um tribunal eclesiástico. Novamente, precisamos nos questionar de que forma a Igreja

interfere no processo judicial de Joana. Precisamos problematizar a forma como os ingleses lidaram com a figura de uma jovem ‘enviada por Deus’, que havia conquistado as cidades dominadas por franceses e coroado Carlos VII em Reims. Tendo em vista que, para estar à frente do exército francês, Joana precisou ser aceita como enviada divina, tendo suas visões, vozes e inspirações de santos retificadas pela Igreja, em um primeiro momento. Isso significava que a vitória francesa e a coroação de Carlos VII foram obras de Deus, por intermédio de sua enviada Joana. Em contraponto, os ingleses enxergavam na figura de Joana uma ameaça à conquista da França e precisavam lidar com o “problema” que foi a repentina valorização da moça pelos franceses.

Como lidar com a figura mística e santa que Joana representava, tanto por suas conquistas quanto por suas afirmações divinas? A saída era retirar sua legitimação por meio do mesmo órgão que a havia concedido: a Igreja Católica. Portanto, para justificar o julgamento de Joana e, posteriormente sua morte, cria-se um discurso que a caracteriza como herege, e questiona as interferências divinas que Joana afirma tão veementemente receber. Assim, a mesma Igreja que havia transformado Joana na defensora enviada por Deus, coloca-a na posição de herege, questionando sua religiosidade e condenando-a a fogueira. Não era possível, para os ingleses, tratarem Joana como um inimigo de guerra comum, como mais um soldado ou um general qualquer que está à frente do exército francês. Era preciso dismantlar a imagem mística que havia se construído em torno da figura de Joana e, além disso, desvincular a sua morte a uma questão “meramente política”. Uma vez envolvendo a Igreja, não se tratava mais de uma disputa França-Inglaterra, pois a religião está acima dos conflitos terrenos. Tratava-se, agora, de uma questão direta entre a palavra divina e o que Joana representava para a Igreja, sendo esta a única que podia atuar como júri, juiz e carrasco.

Coleção 4: História Global – Volume 1

O último livro analisado pertence à coleção de Gilberto Cotrim. A menção à Joana d’Arc é encontrada no primeiro volume da obra, na Unidade 3: Identidade e diversidade, no capítulo “Mundo Cristão”. Segundo o Guia digital do PNLD, a coleção visa produzir “um conhecimento escolar na área da História, que se fundamenta em obras da historiografia e da pedagogia já consagrada no século XX” (site). Não há menção à preocupação da obra em discutir papéis de gênero ou questionar a presença das mulheres na história.

Este é o único livro que apresenta de forma muito precária a figura de Joana, mal sendo possível discorrer sobre as representações que são feitas da heroína francesa. No capítulo citado acima, em um subtítulo denominado “Heresias”, aparece um fotograma (fig. 8) do filme *Joana D’Arc* (1999), com um pequeno texto que diz: “Joana D’Arc foi acusada de heresia, julgada e condenada. Foi queimada viva, em 1431, e declarada santa pelo papa Bento XV, em 1920” (COTRIM, 2016, p. 176). A primeira, e mais óbvia problematização, é a respeito da imagem de Joana desvinculada completamente do seu contexto histórico, a Guerra dos Cem Anos. Ao contrário, esse momento aparecerá algumas páginas a frente (COTRIM, 2016, p. 186), em uma breve descrição dos eventos e sem qualquer menção à Joana.

Imagem 8: Fotograma do filme *Joana D’Arc*



COTRIM, Gilberto. *História global*. 3ª ed., São Paulo: Saraiva Educação, 2016.

Entendemos que a proposta do livro é trazer algumas diferentes descrições do mundo cristão, com o propósito de, posteriormente, embasar os acontecimentos da Reforma Protestante – como exemplo, os subtítulos de *Heresia* (no qual aparece Joana d’Arc) e o de *Depressão* (contendo a menção à Guerra dos Cem Anos). Porém, é necessário questionarmos a presença de Joana associada somente ao contexto herético. Apesar do fotograma representar uma Joana militar, vestida de armadura, em meio a um campo de batalha, o livro não aborda essa imagem, nem sequer descreve o papel de Joana durante a mencionada Guerra, ou o porquê daquele fotograma representar uma Joana guerreira. Ao colocar sua imagem exclusivamente no subtítulo a respeito das heresias, o livro abre espaço para um discurso que “justifica” a morte de Joana pela Igreja católica, colocando-a em um conjunto de outras acusações heréticas e o que isso

representava para a Igreja. Sem personalizar, sem aprofundar a história de Joana, o livro opta por apagar o indivíduo Joana d’Arc em benefício de um discurso católico que junta todas as heresias em “desvios da norma”, sem nos apresentar com a forma específica com que Joana desviou-se da Igreja.

Mais ainda, o livro apaga completamente a história de vida de Joana, os feitos de guerra, as conquistas, a inserção de uma figura feminina na corte do Delfim e no exército francês. Ao contrário, resume sua importância histórica em uma mulher que foi julgada e condenada, morrendo na fogueira. Não há um questionamento do porquê Joana estava naquela posição, das intenções da Igreja em julgá-la enquanto herege, dos aspectos políticos que envolveram seu julgamento. Ela aparece apenas como um exemplo, entre tantos outros, de heresia, de atuação da Igreja. Ademais, o texto a respeito das heresias não menciona os motivos pelos quais Joana foi declarada herege. O livro refere-se a questões do tipo “necromancia”, “despreparo dos sacerdotes” ou crenças de origens anteriores ao cristianismo. Ao colocar Joana nessa categoria, de que forma ela foi considerada herege?

Diante da análise de como a história de Joana D’Arc é tratada nos livros selecionados e tendo em mente o ensino de história, consideramos que a categoria gênero é essencial para a construção de um aprendizado que vise desnaturalizar as “concepções binárias e hierarquias de gênero que revelam ainda o predomínio de uma história androcêntrica, centrada apenas no protagonismo masculino” (OLIVEIRA, 2014, p. 281). É importante, ainda, considerar de que forma os livros didáticos interferem na percepção dos alunos e, principalmente das alunas, uma vez que muitos livros “que invisibilizam as mulheres como sujeitos históricos, reforça as desigualdades, ajuda a tolher a criatividade de meninas e adolescentes, reforçando seu assujeitamento” (SILVA, 2014, p. 267). Entendemos que ensinar história sob uma perspectiva da “história do possível” (NAVARRO-SWAIN, 2014, p. 613) é educar as/os alunas/os em termos das possibilidades que os diferentes sujeitos femininos apresentam nos contextos históricos. Incluir a história das mulheres nas prerrogativas do ensino de história da educação básica é se comprometer a “apontar e modificar as desigualdades entre homens e mulheres no presente, de contribuir na formação para cidadania e no reconhecimento e respeito à diversidade cultural” (OLIVEIRA, 2014, p. 287).

Claro que o professor poderá interferir e explicar mais profundamente a história de Joana d’Arc e a ampliação da definição de “heresia” em diversas disputas políticas. Porém, considerando o despreparo de muitos professores e a dependência do material escolar, por vezes, exclusivamente o livro didático, é preciso questionar se a figura de Joana, neste caso, não deixaria mais indagações do que reflexões.

Considerações Finais

Um ensino de história que vise uma sociedade democrática e a desconstrução de hierarquias de gênero precisa incluir o ensino de história das mulheres. Somente a partir da compreensão das mulheres enquanto sujeitos dotados de história, é que temos a possibilidade de enriquecer “la historiografía con nuevos problemas, nuevas fuentes y nuevas preguntas para las ya utilizadas pero, no menos importante, obliga a la tradicional Historia androcéntrica a revisar muchas de sus conclusiones” (VALENCIA, 2004, p. 15).

Precisamos considerar a importância de uma escola que promova uma educação democrática, que considere todas as dimensões do sujeito e, mais ainda, a desconstrução das relações hierárquicas de gênero que estão presentes em nossa sociedade. A proposta de um ensino de história das mulheres diz respeito ao “reconhecimento e a valorização do protagonismo das mulheres em diferentes tempos e espaços, a desnaturalização das diferenças e desigualdades de gênero e a legitimação de direitos já adquiridos pelas mulheres” (OLIVEIRA, 2014, p. 277). Somente a partir dessa desnaturalização é possível questionar os discursos que são apresentados nos livros didáticos. Reiteramos que o livro didático não é produzido no vácuo e recebido dos céus pelas (os) professores. O livro didático é uma mercadoria (MUNAKATA, 2012) e, por isso, está envolto em disputadas políticas e concepções de mundo e relações de gênero.

Finalizamos este artigo com um convite às (aos) professores. Aqui traçamos apenas uma das possibilidades de crítica aos livros didáticos a partir do viés de gênero, com a figura de Joana d’Arc. Entretanto, a construção de uma sociedade mais igualitária é um esforço constante de crítica aos discursos tão largamente difundidos e às imagens canônicas (SALIBA, 1999) que são apresentadas a nós nos livros didáticos. Portanto, desejamos que as reflexões apresentadas nesse artigo se tornem uma linha-guia para o questionamento da forma como as mulheres estão figuradas nos livros didáticos de história e levantem possibilidades para novas formas de

apresentar uma história da perspectiva das mulheres, levando à consequência de novos livros que se preocupam com o protagonismo feminino nos contextos históricos.

Referências bibliográficas

AMARAL, Flavia Aparecida. **História e ressignificação: Joana d'Arc e a historiografia francesa da primeira metade do século XIX.** 2012. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, 2012.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História, Sociedade & Cidadania.** 2ª ed., São Paulo: FTD, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COTRIM, Gilberto. **História global.** 3ª ed., São Paulo: Saraiva Educação, 2016.

DELUMEAU, J. **História do medo no Ocidente: 1300-1800: uma cidade sitiada.** São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente e ensino de História.** Revista História Hoje, v. 2, n° 4, p. 19-34, 2013.

DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco. **#Contato História.** 1ª ed., São Paulo: Quinteto, 2016.

GOMES, Jerusa Vieira. **Relações família e escola: continuidade e descontinuidade no processo educativo.** Revista Idéias, São Paulo, n. 16, p. 84-92, 1993.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.

LAURETIS, Teresa de. A Tecnologia do Gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas.** In: Pro-Posições, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.

MARTINS, Isabel. **Analisando livros didáticos na perspectiva dos Estudos do Discurso: compartilhando reflexões e sugerindo uma agenda para a pesquisa.** Pro-Posições, v. 17, n. 1 (49), p. 117-136, 2006.

MATOS, Julia. **Joana D'Arc entre a História e a Literatura: de Jules Michelet a Érico Veríssimo.** Aedos, n. 7, v. 3, p. 128-133, 2011.

MIRANDA, Sonia Regina. **O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD.** Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n° 48, p. 123-144, 2004.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. **Feminismos, epistemologia feminista e História das Mulheres: leituras cruzadas.** OPSIS, [S.I.], v. 15, n. 2, p.316-329, 2015.

MUNAKATA, Kazumi. **O livro didático: alguns temas de pesquisa.** Revista Brasileira de História da Educação, v. 12, n. 3, p. 179-197, 2013.

NAVARRO-SWAIN, Tania. Histórias feministas, história do possível. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska (Orgs.). **Estudos Feministas e de Gênero: articulações e perspectivas**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2014.

OLIVEIRA, Susane Rodrigues. Ensino de história das mulheres: reivindicações, currículos e potencialidades pedagógicas. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska. **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2014.

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 99-108, 2010.

PERNOUD, Régine. **Joana D'Arc, a mulher forte**. São Paulo: Paulinas, 1996.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998.

SALIBA, Elias Thomé. As imagens canônicas e o ensino de história. IN: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CANELLI, Marlene R. (orgs.). **III Encontro Perspectivas do Ensino de História**. Curitiba: UFPR/Aos Quatro Ventos, 1999.

SANTI, Heloise; SANTI, Vilso. **Stuart Hall e o trabalho das representações**. Anagrama, v. 2, n. 1, p. 1-12, 2008.

SILVA, Cristiani Bereta. O saber histórico escolar sobre as mulheres e relações de gênero nos livros didáticos de história. **Caderno Espaço Feminino**, v. 17, n. 1, p. 219-146, 2007.

SILVA, Marco Antônio. **A Fetichização do Livro Didático no Brasil**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, 2012.

SILVA, Valéria Fernandes da. Sujeito da história ou reclusa de caixa de texto: um olhar feminista sobre as representações femininas nos livros didáticos de história. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska. **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2014.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Trad. De Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1995.

VALENCIA, Antonia Fernández. Las mujeres como sujeto histórico: género y enseñanza de la historia. **Didáctica de las Ciencias Experimentales y Sociales**. España, Valencia, n. 18, p. 5-24, 2005.

VICENTINO, Bruno; VICENTINO, Cláudio. **Olhares da História: Brasil e Mundo**. 1ª ed. São Paulo: Editora Scipione, 2016.